



#1611422



#1731507

Em Execução - Resposta da Auditoria Recebida

Documento



Principal

Subtarefas

Anexos

Documentos 1

## Destinatários do Documento

## Destinatário(s):

- IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (cód.: 100910)
- AUDIN/IFAM - Auditoria Interna - IFAM (cód.: 103738)
- UGI/IFAM - UGI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (cód.: UGI\_IFAM)

## Com cópia para:

Não informado

## Documento

## Título:

Nota de Auditoria nº 1611422/02.38 (IFAM/Reavaliação)

## Prazo:

19/12/2024

## Documento:

Senhor(a) Reitor(a),

Em decorrência dos trabalhos de auditoria anual de contas, exercício de 2024, em curso no Ministério da Educação enquanto Órgão Superior (Administração Direta Indireta), foram identificadas situações que, em virtude de sua materialidade, criticidade e relevância, requerem **medidas de saneamento imediatas**, referentes à reavaliação de 12 imóveis cuja data da última avaliação registrada no SPIUnet ocorreu há mais de cinco anos.

**1. Falta de reavaliação e/ou atualização dos valores dos Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet, resultando em subavaliação do ativo.**

De acordo com a NBC-TSP nº 07, após o reconhecimento como ativo imobilizado, o imóvel cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, sendo que essa reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado, utilizando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis.

O MCASP 10ª Edição dispõe que o valor contábil registrado de um ativo deve corresponder ao valor justo. Assim, “quando o valor justo de um ativo difere materialmente de seu valor contábil registrado, exige-se nova reavaliação”. Logo, a “frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados”. Para os itens do ativo que não sofrem mudanças significativas no valor justo, “as entidades podem reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos”.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 04.07.2023, dispõe que os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados quando “a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos”. Além disso, a Instrução Normativa SPU nº 67, de 20.09.2022, prevê a revalidação das avaliações por até 5 (cinco) anos, para as reavaliações de bens para fins contábeis.

O valor justo, de acordo com a Instrução Normativa SPU nº 67/2022 e com Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, consiste no valor determinado por meio de laudo de avaliação ou Relatório de Valor de Referência para fins contábeis. Ressalte-se que o laudo de avaliação pode ser elaborado por profissional ou servidor habilitado e o Relatório de Valor de Referência pode ser elaborado por servidor habilitado.

Informações adicionais sobre os imóveis desse Órgão cuja data da última avaliação registrada no SPIUnet ocorreu há mais de cinco anos constam da planilha Reavaliação - IFAM anexa a esta Nota de Auditoria.

**RECOMENDAÇÃO**

Proceder à reavaliação dos valores dos seus imóveis, por meio de laudo de avaliação ou Relatório de Valor de Referência, adequando os valores contabilizados para o mais próximo possível dos valores justos, nos termos da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, do MCASP, bem como da Instrução Normativa SPU nº 67/2022 e da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

A equipe de auditoria permanece à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Feedback



Atenciosamente,

Assinaturas eletrônicas:

Sergio Massashi Nakanishi (NAC1/CGUPR/SE/CGU), Coordenador da Equipe de Auditoria, em 16/11/2024, às 20:54  
Patrícia Mendes Ribeiro (DPREG/CGESUP/DS/SFC/CGU), Chefe de Divisão, em 19/11/2024, às 07:34

Conforme horário oficial de Brasília

Anexos:

📎 Reavaliação - IFAM.xlsx

Dados Gerenciais

Dias de Prazo:

30

Data de Ciência:

19/11/2024

Histórico

Filtrar por Tipo de Interação

Filtrar por Campo

👍 Resposta Recebida pelo Destinatário    👤 VIVIANE SIMAS DA SILVA (AUDIN/IFAM)    📅 09/01/2025 10:43:42

📄 Responder    👤 Sergio Massashi Nakanishi (NAC1/CGUPR/SE/CGU)    📅 06/01/2025 11:13:50

Texto:

A equipe de auditoria agradece o encaminhamento das informações.

A equipe de auditoria informa que nova extração no Spiunet será realizada aproximadamente em 15.01.2025 quando o mês 12/2024 provavelmente estará fechado no Siafi, para fins de determinação dos apontamentos que permanecerão no Relatório Final da Auditoria de Contas MEC-2024.

Ressalte-se que o MEC, por sua relevância, consiste em um órgão que provavelmente será objeto de auditoria de contas no exercício de 2025. Da mesma forma, a conta bens imóveis, pela sua materialidade, tende a ser objeto de avaliação. Portanto, sugere-se que o Órgão continue envidando esforços, considerando a sua capacidade operacional, visando a manter, dentro das possibilidades, os valores dos imóveis atualizados em consonância com os normativos, de modo que reflitam o mais próximo possível do valor justo, salientando a necessidade de adequação às formas previstas na Instrução Normativa SPU 67/2022 e na Portaria STN/SPU 10/2023.

👍 Resposta Recebida pela Auditoria    👤 Eduardo Luiz Floriano (DAE/SFC/CGU)    📅 02/12/2024 15:39:44

📄 Responder    👤 LILIAN FREIRE NORONHA (IFAM)    📅 29/11/2024 23:32:13

👍 Documento Recebido    👤 VIVIANE SIMAS DA SILVA (AUDIN/IFAM)    📅 19/11/2024 10:29:52

